

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 3, Número 27, maio de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Nesta edição de maio estamos trazendo uma nova contribuição para o debate. Trata-se do artigo do colega Sabino da Silva Porto Júnior, professor da UFRGS e nosso ex-colega da UNISC, a respeito de sua participação na coleção de estudos temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - também conhecidos como as *metas do milênio* - formando um conjunto de cinco relatórios sobre o desempenho do Brasil e dos Estados brasileiros no alcance das referidas metas. A participação do prof. Sabino foi no primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: erradicar a pobreza e a fome até 2015. O relatório aponta que a pobreza e a pobreza extrema recuaram na década de 90 no Brasil, mas numa velocidade insuficiente e de maneira desigual.

Além desta discussão, trazemos também nesta edição nosso tradicional panorama da conjuntura nacional. Este mês, com duas preocupações básicas: o comportamento da inflação e da taxa de câmbio. Combinada com estas, a sempre discutida taxa de juros básica da economia definida pelo Conselho de Política Monetária. Se por um lado temos uma política monetária com a clara intenção de *frear* a economia e evitar o retorno da inflação, por outro lado temos vários incentivos ao aumento do consumo por parte do mesmo governo. É disto que trata o artigo do André Carraro. Poderíamos até incluir um comentário a respeito do infeliz comentário do presidente a respeito do motivo de a taxa de juros ser elevada no país, mas seria desnecessário, dada a cobertura que o fato teve na mídia e por já ter entrado para o anedotário do país.

Por sua vez, a questão da taxa de câmbio é abordada pelo Túlio, procurando, na medida do possível, entender o que está acontecendo com a cotação do dólar e qual o limite inferior de sua cotação. A contribuição do Túlio auxilia na compreensão do cenário atual e quais as possibilidades/necessidades das empresas, principalmente as voltadas à exportação.

Este e outros assuntos são nosso tema nesta edição, cuja análise inicia com o já tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 27 DE ABRIL DE 2005.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE ABRIL DE 2005.
- ◆ QUE INFLAÇÃO É ESSA?
- ◆ VALOR E FUNÇÃO DO CÂMBIO NA POLÍTICA ATUAL.
- ◆ METAS DO MILÊNIO: Pobreza, Fome, e Crescimento no Brasil
- ◆ CONJUNTURA ECONÔMICA DE MAIO.

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE ABRIL DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de 1,22 % no período entre 30 de março e 27 de abril de 2005, passando de R\$ 450,61 para R\$ 456,14.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram redução de 0,15 %, a Alimentação no Domicílio aumentou 1,44 % e os produtos de Limpeza Doméstica reduziram 0,07 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 29 tiveram elevação de preço neste período, 25 reduziram o preço e 06 permaneceram estáveis. Assim como no levantamento do mês de março, inclusive na mesma ordenação, as maiores contribuições para a elevação do custo do Cesto Básico foram do Pão Francês (contribuição de 0,38 %), do Leite Tipo C (contribuição de 0,34 %) e da Batata Inglesa (contribuição de 0,32 %). A este grupo une-se, como o quarto produto com maior peso no índice, a Farinha de Trigo, com contribuição de 0,24 %. Os produtos que mais contribuíram para segurar a elevação do custo do Cesto Básico foram o Arroz (contribuição de - 0,16 %) e o Aipim (contribuição de - 0,13 %).

Comparando-se o custo verificado neste levantamento com o custo no início de maio de 2004, a elevação do Cesto Básico atinge 1,98 % no período de 12 meses, o que mostra um quadro de relativa estabilidade. No ano de 2005, a elevação já alcança 5,33 %.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 27 de Abril de 2005.](#)



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	30 de Mar de 05		27 de Abr de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,9583	1,4100	1,9267	1,3872	-1,6170	-0,0051
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4515	3,3096	2,5414	3,4309	3,6667	0,0269
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,8908	1,8529	0,8675	1,8044	-2,6193	-0,0108
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5118	3,9615	0,4736	3,6659	-7,4600	-0,0656
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7409	2,5069	1,6700	2,4048	-4,0731	-0,0227
06. Sabonete	90 g	4,24	0,7311	3,0999	0,7078	3,0010	-3,1915	-0,0220
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,5033	3,2874	4,1867	3,0563	-7,0318	-0,0513
Total / variação grupo:				19,4282		18,7505	-0,1504	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	1,3850	3,5733	1,1567	2,9842	-16,4862	-0,1307
02. Alface	pé	3,66	0,9000	3,2940	1,1475	4,1999	27,5000	0,2010
03. Arroz	2 kg	4,79	3,5363	16,9386	3,3829	16,2039	-4,3377	-0,1631
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,3760	9,7416	2,5080	10,2828	5,5556	0,1201
05. Banana	kg	3,19	1,4660	4,6765	1,5133	4,8275	3,2287	0,0335
06. Banha	kg	1,62	4,3767	7,0902	4,3633	7,0686	-0,3046	-0,0048
07. Batata Doce	kg	1,37	2,0175	2,7640	1,8650	2,5551	-7,5589	-0,0464
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,5217	11,4582	1,7143	12,9086	12,6584	0,3219
09. Beterraba	kg	1,53	2,0425	3,1250	1,8400	2,8152	-9,9143	-0,0688
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1636	4,8033	2,2377	4,9677	3,4228	0,0365
11. Café Moído	500 g	1,08	4,6314	5,0019	4,7314	5,1099	2,1592	0,0240
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,7542	49,0830	5,7658	49,1826	0,2028	0,0221
13. Carne Frango	kg	5,96	3,0433	18,1383	3,0300	18,0588	-0,4381	-0,0176
14. Carne Suína	kg	1,98	10,4600	20,7108	10,5850	20,9583	1,1950	0,0549
15. Cebola	kg	2,33	1,0867	2,5319	1,0867	2,5319	0,0000	0,0000
16. Cenoura	kg	1,73	2,1125	3,6546	2,0850	3,6071	-1,3018	-0,0106
17. Cerveja	grf	4,29	1,5420	6,6152	1,5467	6,6352	0,3026	0,0044
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,8133	7,1740	3,0817	7,8583	9,5379	0,1518
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,9675	2,3607	1,8688	2,2612	-5,0191	-0,0265
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,0983	1,0534	3,2420	1,1023	4,6369	0,0108
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,1213	8,8467	1,2589	9,9326	12,2755	0,2410
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,3214	8,1946	2,5383	8,9603	9,3436	0,1699
24. Fermento	100 g	2,94	3,8050	11,1867	4,0022	11,7665	5,1832	0,1287
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,9167	1,6867	1,9400	1,7072	1,2174	0,0046
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,9109	5,4844	1,7357	4,9813	-9,1723	-0,1116
28. Leite Natural	l	22,8	1,3571	30,9429	1,4243	32,4737	4,9474	0,3397
29. Língua	kg	0,68	13,7243	9,3325	13,9950	9,5166	1,9725	0,0409
30. Maizena	500 g	0,51	2,7360	1,3954	3,0760	1,5688	12,4269	0,0385
31. Margarina	250 g	3,66	1,2777	4,6765	1,2423	4,5466	-2,7766	-0,0288
32. Massas	500 g	2,83	1,9113	5,4088	1,9488	5,5150	1,9621	0,0236
33. Maçã	unid	3,7	0,4174	1,5444	0,4309	1,5944	3,2319	0,0111
34. Nata	kg	0,48	5,1720	2,4826	4,6286	2,2217	-10,5071	-0,0579
35. Nescau	500 g	0,8	3,7238	2,9790	3,6875	2,9500	-0,9735	-0,0064
36. Ovos	dz	3,84	2,5325	9,7248	2,4140	9,2698	-4,6792	-0,1010
37. Pipocas	500 g	0,76	1,9100	1,4516	1,9333	1,4693	1,2216	0,0039
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,1600	23,0472	2,3217	24,7722	7,4846	0,3828
39. Refrigerante	l	6,55	0,9525	6,2389	0,9254	6,0615	-2,8434	-0,0394
40. Repolho	kg	2,03	1,0550	2,1417	0,9350	1,8981	-11,3744	-0,0541
41. Sagú	500 g	0,49	2,9120	1,4269	3,0300	1,4847	4,0522	0,0128
42. Sal	kg	1,75	0,7688	1,3453	0,7763	1,3584	0,9756	0,0029
43. Tomate	kg	2,29	2,5033	5,7326	2,3429	5,3651	-6,4105	-0,0816
44. Vinagre	grf	1,39	0,9680	1,3455	0,9680	1,3455	0,0000	0,0000
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,5220	7,9443	2,5455	8,0182	0,9300	0,0164
Total / variação grupo:				405,1464		411,6744	1,4487	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,5100	1,0117	1,5700	1,0519	3,9735	0,0089
02. Bombril	pct/8	1,52	1,6583	2,5207	1,6586	2,5210	0,0144	0,0001
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,2422	6,4289	8,2422	6,4289	0,0000	0,0000
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,5615	2,9669	1,4757	2,8039	-5,4961	-0,0362
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,5675	0,2951	0,5990	0,3115	5,5507	0,0036
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,1332	4,5895	1,1254	4,5578	-0,6897	-0,0070
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	5,9192	6,3927	5,7527	6,2129	-2,8119	-0,0399
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,9800	1,8354	7,9800	1,8354	0,0000	0,0000
Total / variação grupo:				26,0409		25,7234	-0,0705	
CUSTO TOTAL				450,6156		456,1483		1,2278
VARIAÇÃO						1,2278		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE ABRIL DE 2005

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de 2,09 % no período de 30 de março a 27 de abril de 2005, passando de R\$ 133,46 para R\$ 136,25.

Dos 13 produtos pesquisados, 09 tiveram elevação de preço neste período e 04 apresentaram redução. As maiores contribuições para esta elevação do custo da Cesta Básica Nacional foram da Batata Inglesa (contribuição de 0,86 %), do Feijão Preto (contribuição de 0,73 %) e do Pão Francês (contribuição de 0,72 %). O produto que mais contribuiu para segurar a elevação do custo da Cesta Nacional foi o Tomate (contribuição de – 1,08 %).

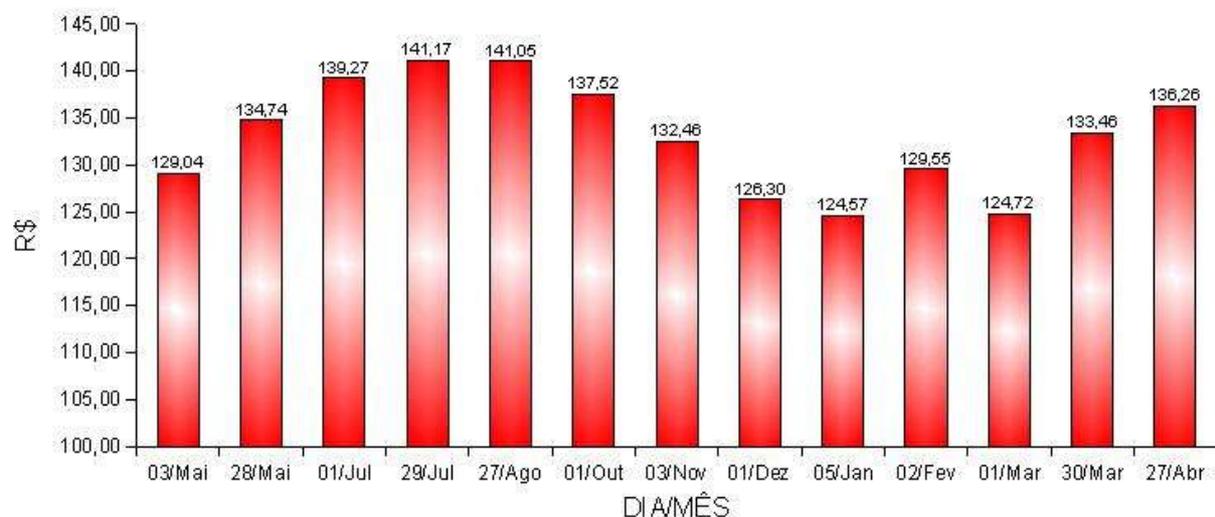
Com relação ao custo verificado no início de maio de 2004, a Cesta Nacional aumentou 5,59 % nos últimos 12 meses, ao passo que somente nos quatro primeiros meses de 2005 o custo já é 9,38 % superior ao verificado no início de janeiro. Comparando-se com Porto Alegre, onde o mesmo conjunto de 13 produtos custa R\$ 183,15, a variação dos preços é sensivelmente inferior, tendo em vista que na capital, no mesmo período, a elevação alcançou 11,64 %.

Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 115,29 horas de sua jornada mensal. Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de março de 2005 em Santa Cruz do Sul alcançou R\$ 1.136,09 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 27 de Abril de 2005.**

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	30 de Mar de 05		27 de Abr de 05		VAR. %	CONTRI-BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	3,5363	5,3044	3,3829	5,0743	-4,3377	-0,1724
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,3760	3,5640	2,5080	3,7620	5,5556	0,1484
03.Banana	kg	6,3	1,4660	9,2358	1,5133	9,5340	3,2287	0,2234
04.Banha	kg	0,9	4,3767	3,9390	4,3633	3,9270	-0,3046	-0,0090
05.Batata Inglesa	kg	6	1,5217	9,1300	1,7143	10,2857	12,6584	0,8659
06.Café Moído	500 g	1,2	4,6314	5,5577	4,7314	5,6777	2,1592	0,0899
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,7542	37,9775	5,7658	38,0545	0,2028	0,0577
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,1213	1,6819	1,2589	1,8883	12,2755	0,1547
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,3214	10,4464	2,5383	11,4225	9,3436	0,7313
11.Leite Natural	l	7,5	1,3571	10,1786	1,4243	10,6821	4,9474	0,3773
10.Margarina	kg	0,75	1,2777	0,9583	1,2423	0,9317	-2,7766	-0,0199
12.Pão Francês	500 g	6	2,1600	12,9600	2,3217	13,9300	7,4846	0,7268
13.Tomate	kg	9	2,5033	22,5300	2,3429	21,0857	-6,4105	-1,0822
CUSTO TOTAL				133,4636		136,2556		2,0920
VARIAÇÃO						2,0920		

QUE INFLAÇÃO É ESSA?

André Carraro acarraro@unisc.br

Conversando com alguns alunos do curso de economia percebi, neste mês, uma certa angustia acerca da forma como o Banco Central está tentando controlar a inflação. Em algumas conversas, irremediavelmente, a pergunta surgia: “Mas, professor, o senhor acha que a inflação é de demanda?” Afinal, que inflação é essa?

Em pelo menos alguma coisa temos que concordar: existe uma forte fonte de inflação no Brasil. Afinal, depois de nove meses elevando a taxa de juros, a inflação esperada para 2005 está ainda fora da meta inflacionário de 5,1%. Vejam que neste mês de abril o mercado financeiro está prevendo um IPCA acumulado para 2005 em 6,10%, contra sua previsão de 6,04% no mês de março.

Uma outra questão importante a ser lembrada é que o instrumento de taxa de juros não é utilizado apenas para controle de inflação de demanda. Taxa de juros pode ser utilizada para ajustar a produção com o consumo nacional. Portanto, se o Banco Central está insistindo na elevação da taxa SELIC é porque os seus diretores acreditam estar havendo um desajuste no mercado. Quais seriam as origens desse desajuste? Uma breve conversa com o José Mauro me ajudou a escrever este texto. Logo, devo a ele toda a inspiração deste mês.

Vamos olhar primeiro para o lado da produção. Nestes últimos meses o preço do petróleo no mercado internacional não baixou da casa dos US\$ 50,00 dólares. Petróleo ainda é um dos mais importantes insumos para a indústria mundial e seu elevado preço deve estar pressionando o custo da produção industrial. Por outro lado, a economia chinesa continua aquecida, consumindo ferro, aço e muitas das commodities agrícolas. Este cenário mundial de consumo em alta acaba pressionando os preços domésticos. Além disso, não podemos esquecer da estiagem que atingiu duramente o sul do país.

Ao mesmo tempo, o governo federal vem tentando estimular o consumo via concessão de empréstimo para pessoas físicas. Acredito que todos perceberam a expansão de oferta de empréstimos para funcionários públicos ou para aposentados. Instituições financeiras antes desconhecidas contratam “atores globais” e investem em publicidade oferecendo dinheiro abundante e barato. O José Mauro me disse: “André, isso é uma contradição. Um efeito anula o outro”.

Em um sentido mais macro o que o José Mauro estava querendo dizer é que o mesmo governo que busca superávit orçamentário, o faz elevando os gastos e com recorde de arrecadação de impostos. O que é um contra-senso. Esse mesmo governo, ao não entender o funcionamento de mercado capitalista, julga os consumidores culpados pela **alta na taxa de juros** e o governo americano culpado pela **valorização do Real frente ao dólar**.

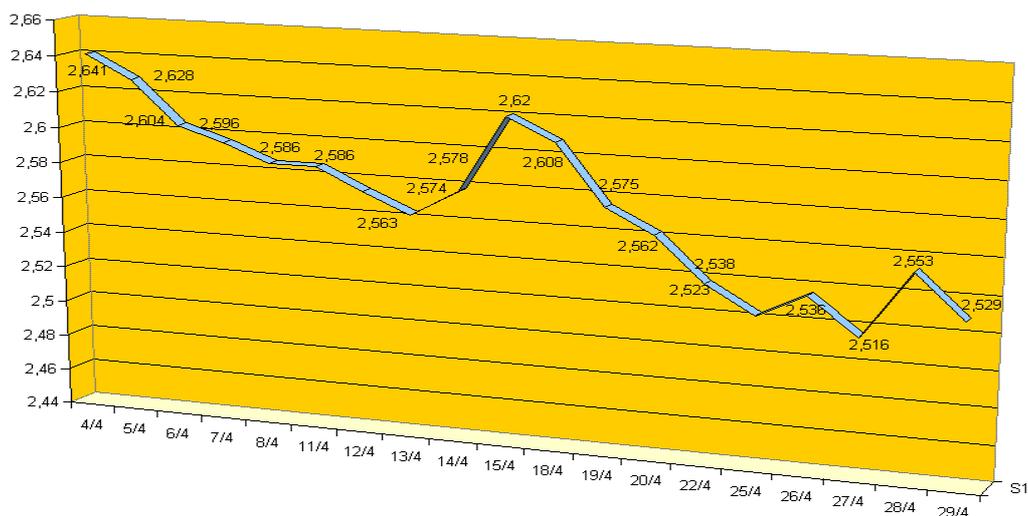
Ora, a alta na taxa de juros é uma consequência natural do fato de convivermos com

ampliação do crédito para consumo e redução da oferta de produtos. Enquanto o Banco Central perseguir a meta inflacionária de 5,1% e, ao mesmo tempo, o governo desejar expandir o PIB em 5%, a consequência será inflação com alta taxa de juros.

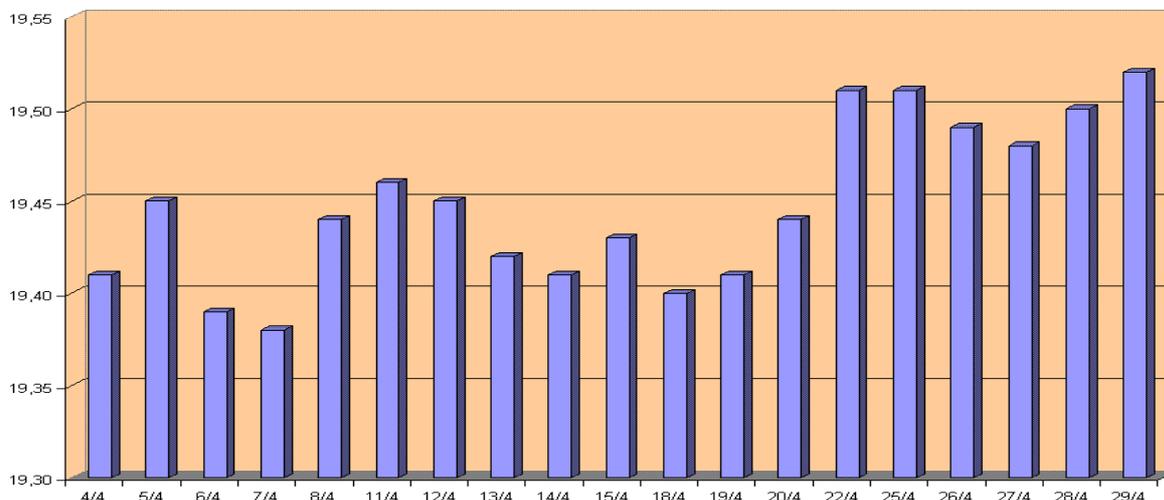
Por fim, o câmbio vem se valorizando como uma consequência da elevada taxa real de juros que o país apresenta. Com câmbio flutuante e alguma liberdade de movimentação de capital, a alta taxa de juros traz para o Brasil uma grande oferta de dólares, reduzindo a cotação do câmbio.

Para surpresa de muitos, apesar da valorização cambial o país vem obtendo resultados excelentes na balança comercial. A dúvida é saber se esses resultados são sustentáveis. Rigorosamente falando, é possível que o país tenha melhorado sua estrutura produtiva sendo competitivo a um câmbio mais valorizado. Mas também é possível que o efeito negativo do câmbio valorizado somente não foi sentido devido à elevada demanda mundial, que mantém os preços internacionais elevados. A bem da verdade, esse câmbio flutuante não foi posto à prova em nenhuma circunstância desfavorável. Para um cenário de menor consumo mundial será que a indústria nacional mantém o seu nível de exportação?

Desempenho do Câmbio (R\$/US\$)



Juros Futuro - Junho/2005



VALOR E FUNÇÃO DO CÂMBIO NA POLÍTICA ATUAL

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

Muitas pessoas se perguntam até quando o dólar pode continuar caindo sem que haja uma intervenção por parte do Banco Central (BC). A julgar pelas recentes ações do BC, que parece utilizar o Dólar como âncora cambial, a moeda americana pode cair mais, apenas se recuperando após cumprir seu papel como redutor da inflação.

No início do Plano Real quando o regime cambial era fixo – o governo fixava um valor para o câmbio e comprava ou vendia moeda estrangeira aquele preço, regulando assim o mercado – o Dólar fazia o papel de âncora para a inflação: como o preço dos produtos importados é diretamente influenciado pela taxa de câmbio, mantendo o valor do Dólar baixo, o preço dos importados cairia ou subiria menos que os demais, ancorando a subida da inflação.

Naquele contexto, o Brasil era o país que mais tinha Dólar, à exceção dos EUA e era essencial que se segurassem os preços via política cambial. Hoje o regime é de câmbio flutuante, regime no qual o governo não intervém no mercado, só comprando ou vendendo divisas estrangeiras para atender sua necessidade de pagar despesas e dívidas no exterior, como qualquer agente econômico.

Afortunadamente, devido ao crescimento da produtividade nacional nos últimos dez anos e ao bom momento no comércio mundial, o Brasil tem apresentado superávits na balança comercial. Ao mesmo tempo, ocorre a entrada de Dólares para investimento na Bovespa e em títulos do governo, o que vem permitindo uma valorização do Real frente ao Dólar. Essa conjuntura permite que o BC mais uma vez utilize a política cambial como ancora inflacionária.

O mecanismo de ancoragem funciona como se segue: o BC mantém a taxa de juros alta, fazendo pressão para frear a demanda, via financiamento e investimento. Ao mesmo tempo, os juros altos atraem divisas estrangeiras e mais Dólares no mercado valoriza o Real. Os produtos importados e os cotados em Dólar (commodities como o petróleo) diminuem de preço, além de fazer concorrência com a produção nacional. Isso diminui o ritmo de crescimento da inflação, facilitando a obtenção da meta inflacionária.

Mas essa política tem alguns efeitos adversos. Com o crescimento e diversificação das exportações brasileiras, os produtos agrícolas continuam sendo os mais importantes na pauta, mas vem perdendo a capacidade de influenciar de forma absoluta a determinação da taxa de câmbio. Com a taxa de câmbio sofrendo influência de várias indústrias na economia, é natural que algumas delas – as menos competitivas internacionalmente – venham a ter dificuldade de exportação, porque a taxa de câmbio fica num patamar em que vender para o exterior não é lucrativo. Isso ocorre sem, no entanto, prejudicar o desempenho da economia como um todo.

Cabe então perguntar quando poderá haver uma desvalorização do câmbio capaz de tornar esses ramos econômicos competitivos novamente em nível mundial? Três fatores podem levar a uma reversão da valorização do Real. Uma crise de liquidez ou de risco no mundo (como,

por exemplo, um aumento dos juros americanos, que atrairia a liquidez para aquele país ou uma quebra de algum grande ator das bolsas mundiais, que aumentaria a percepção de risco). De outro modo, o câmbio pode cair tanto que o saldo do balanço comercial se reverta, obrigando a uma desvalorização para equilibrar o balanço.

Por fim, o Dólar cumprir seu papel de ancora, com a inflação chegando à meta. Então haverá uma queda na taxa SELIC, a saída dos recursos estrangeiros aplicados nos títulos brasileiros e uma desvalorização do Real, que tornaria alguns ramos da economia brasileira competitivos novamente. O consolo para esses ramos é que o atual Dólar barato permite investir em tecnologia, importada ou não, de modo a aumentar a competitividade. Esse aumento poderá proteger essas empresas de ver seu faturamento flutuar ao sabor do câmbio, como vem acontecendo até agora.

METAS DO MILÊNIO: pobreza, fome, e crescimento no Brasil

Sabino da Silva Porto Junior sabino@ppge1.ppge.ufrgs.br

Fome e pobreza são temas conexos. Famílias com pouca renda dificilmente conseguem dar uma alimentação adequada aos seus membros (adultos e crianças) por não terem condições de adquirir alimentos em quantidade adequada. Neste sentido, ao estudarmos a pobreza, também estudamos a fome. Com isso, as metas de redução à metade da proporção da população vivendo com menos de US\$ 1,00/dia e de redução à metade da proporção da população que sofre de fome podem ser consideradas como equivalentes.

Contudo não deve ser esquecido que a pobreza possui muitas faces (ou, dito de outra forma, é multidimensional) e não deve ficar restrita à chamada pobreza monetária (pobreza de renda), foco da análise. Se por um lado o objetivo 1 das Metas do Milênio foca a renda, as outras Metas do Milênio buscam a redução da pobreza em suas outras dimensões.

Para o trabalho de acompanhamento das Metas do Milênio no Brasil consideram-se como pobres aquelas famílias que possuem renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 75,70 em 2000) por mês e como extremamente pobres – ou indigentes – aquelas famílias com renda média inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 37,75 em 2000).

De 1991 a 2000 a pobreza no Brasil caiu de 40,08 para 32,75% da população, enquanto que a pobreza extrema caiu de 20,24 para 16,31% da população de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA/IBGE). A velocidade de redução da pobreza é atualmente insuficiente para o país alcançar a meta 1 dos ODM. Mantida a trajetória verificada na última década, até 2015 a pobreza terá caído 37,6 % e a indigência 34,8 %, para uma meta de redução de 50%.

Por outro lado, as marcantes diferenças regionais do Brasil têm reflexo aqui. Se na média o Brasil não irá alcançar a meta, todos os estados das regiões Sul e Sudeste (exceto São Paulo), além de Rondônia, Mato Grosso e Goiás tiveram uma redução de pobreza nos anos 90 que permitiria, mantida a trajetória, que a pobreza fosse reduzida à metade nestes estados.

Quanto à redução de pobreza extrema, além dos estados acima, pode-se destacar o desempenho de vários estados do Nordeste. Estados como Paraíba, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará tiveram uma trajetória de redução de indigência nos anos 90 que indica que terão condições de reduzir a proporção da população de seus estados que é considerada indigente à metade ou chegar muito próximo à Meta do Milênio em 2015.

Os casos mais problemáticos aparecem em São Paulo, Amazonas, Amapá e Distrito Federal. Nestes estados a pobreza e/ou a indigência aumentou na década de 90. Destaca-se o caso de São Paulo. Embora seja um estado rico com a menor proporção de pobres na sua população (menos de 15%), sua grande população o coloca como um dos três maiores contingentes de pobres do país. Se desconsiderarmos São Paulo no cômputo da pobreza e indigência no Brasil, a queda da pobreza no país poderia chegar a 43% e a redução da indigência

passaria de 34,8% para 45,1%, bem próxima à meta de redução de 50%.

Dentro do estado de São Paulo, o comportamento da capital e dos municípios da Região Metropolitana é extremamente preocupante. Se retirarmos estes municípios das estimativas de pobreza, o estado teria tido uma redução na pobreza ao invés de um aumento. Neste sentido, a cidade de São Paulo deve ser um importante foco de atenção das políticas de combate à pobreza no país.

Para entender a possibilidade de redução de pobreza nos estados diante da retomada do crescimento econômico, analisamos a relação entre pobreza e renda. A relação é complexa, não somente pela relação algumas vezes fraca entre crescimento do PIB e variação da renda familiar, como pelo efeito da composição da renda e sua distribuição.

Os nossos resultados indicam uma redução da pobreza mais acelerada que o crescimento da renda, sendo o efeito mais intenso para a indigência. Um aumento da renda per capita em 10 % tende a reduzir a pobreza no Brasil em 12,8 % e a indigência em 17 % em média.

Todavia, a grave desigualdade de renda influencia no efeito do crescimento econômico sobre a pobreza. Se nos estados com menor desigualdade de renda o aumento de 10 % da renda pode gerar uma queda de 20% na pobreza, nos estados mais desiguais o mesmo aumento pode gerar uma redução de apenas 10 %. Esta heterogeneidade significativa das chamadas elasticidades renda-pobreza pode explicar as experiências bastante desiguais nas trajetórias de pobreza nos estados nos últimos anos. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que o crescimento econômico é mais efetivo no combate à pobreza monetária quando associado à redução de desigualdade de renda.

O crescimento econômico traduz-se em desenvolvimento humano quando ele é capaz de melhorar a qualidade de vida de sua população, através da ampliação da base de recursos em determinada sociedade. Para entender tal efeito é importante considerar o crescimento não somente pela sua quantidade, mas pela sua qualidade. Deste modo, é importante não apenas verificar o quanto a economia cresceu, mas como foi esse crescimento e conseqüentemente qual o impacto distributivo do mesmo. Esta é a preocupação na análise de crescimento pró-pobre.

Usando idéias desenvolvidas no Centro Internacional de Pobreza PNUD/IPEA, localizado em Brasília, pode-se compreender o crescimento pró-pobre como um tipo de crescimento que habilita os pobres a participarem da atividade econômica e faz com que o aumento generalizado da renda os beneficie proporcionalmente mais que os não-pobres, aumentando sua fração na renda nacional.

Os resultados obtidos sugerem que, em termos gerais, o crescimento foi pró-pobre durante a década de 1990 para todas as regiões do país e praticamente para todos os estados, com pequenas diferenças ano a ano entre alguns estados. Ao contrário, a década de oitenta pode ser caracterizada por períodos de crescimento que não beneficiaram os pobres.

Tomando alguns estados como exemplo, temos nitidamente um quadro de crescimento pró-pobre para os estados do Ceará e Rio Grande do Sul na década de 1990 e empobrecedor para a década de 1980. Já o estado de São Paulo apresenta um resultado mais ambíguo e volátil,

crescendo pró-pobre para alguns anos apenas. Os anos recessivos são marcados por piora em relação à renda nos extratos de renda mais baixos em praticamente todas as regiões do país.

Em suma, na comparação dos períodos de alta e baixa inflação, crescimento econômico parece ser pró-pobre principalmente nos anos de baixa inflação.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE MAIO.

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

O superávit comercial brasileiro – saldo positivo entre as exportações e as importações – acumulado no ano até a primeira semana de maio já soma US\$ 12,922 bilhões, volume 49,7% superior ao de igual período do ano passado. As exportações totalizam US\$ 35,849 bilhões, quase 30% a mais que na mesma época do ano passado. As importações apresentam crescimento de 20,7%, passando para US\$ 22,927 bilhões.

Esses números são impressionantes, quase inexplicáveis, principalmente se considerarmos que paralelamente a esses números temos que o Dólar não para de se desvalorizar frente ao Real e que os preços no Brasil não param de subir.

No mais recente relatório de mercado, feito pelo Banco Central na semana passada, a mediana das expectativas para o IPCA deste ano é de 6,3%, acima dos 6,28% previstos na semana retrasada. A meta do governo é 5,1% (com teto de 7%).

Enfim, se o Dólar cai e os preços (em Reais) sobem, indiscutivelmente o Brasil perde competitividade. O produto brasileiro se torna cada vez mais caro em Dólar, o que leva os consumidores estrangeiros a não querer o produto nacional e leva os consumidores brasileiros a consumir mais produtos importados, em detrimento de produtos nacionais. Ou seja, com a desvalorização do dólar, o Brasil teria (teoricamente) de exportar menos e importar mais. Sendo assim, como podemos registrar o recorde comercial dito acima?

Uma primeira explicação poderia ser a diferença entre os preços ao consumidor e os preços de exportação: o Brasil poderia estar sofrendo uma deflação em Reais dos produtos de exportação (reduzindo os preços de exportação). Ou talvez as privatizações da década de 90 já tenham gerado o ganho de eficiência esperado, principalmente em termos de qualidade, do produto nacional vis-à-vis o estrangeiro. Uma terceira explicação poderia ser o crescimento do resto do mundo, principalmente da China, que mantêm o ritmo de exportações do Brasil. Nesse caso claramente nossos recordes comerciais não se devem às nossas políticas. Uma quarta e última tentativa de explicar essa situação seria a inflação em dólar no resto do mundo, ou seja, realmente os preços brasileiros em Dólar estão aumentando, mas talvez não estejam aumentando tanto quanto os preços dos demais países.

Enfim, muitas possíveis explicações para algo que, como dito acima, é quase inexplicável.